

# RADAR FEMINISTA

NO CONGRESSO NACIONAL

26 de outubro de 2021



Mais uma vez o presidente bolsonaro foi pego na mentira ao falar em uma live, no dia 21 de outubro, que as vacinas contra a covid-19 tem relação com o desenvolvimento de HIV/Aids. A associação é absurda e já foi rechada por especialistas, cientistas e também por organizações de saúde e jurídicas, como o Supremo Tribunal Federal. Youtube e Facebook retiraram a live do ar.

O discurso negacionista e mentiroso de bolsonaro, que usa a audiência de suas redes para enganar e confundir a população, faz parte também de uma política eugenista do seu governo. Em abril deste ano, o Ministério da Saúde publicou a Portaria nº 13, com vistas a incorporar o implante de anticoncepcional subdérmico de longa duração em alguns grupos de mulheres em idade fértil para prevenir a gravidez não planejada.

Entre estas, mulheres em situação de rua, com HIV/AIDS, privadas de liberdade e trabalhadoras do sexo. A portaria foi rechaçada na época, mas denota as características do governo bolsonaro.

Está prevista para a segunda semana de novembro a realização do segundo seminário sobre o Estatuto do Nascituro ([PL 478/2007](#) e seus 19 apensados). Dessa vez, para ouvir organizações de mulheres e feministas e especialistas que defendem o direito das mulheres decidirem sobre sua vida reprodutiva ([REQ 55/2021](#) e [REQ 41/2021](#)).

No começo de outubro, um primeiro seminário ouviu posições favoráveis ao Estatuto e contrárias ao direito das mulheres interromperem uma gravidez, em qualquer circunstância.

O [relatório da CPI da Covid foi apresentado na semana passada](#) e deve ser votado nesta semana. Para além do inevitável indiciamento do presidente bolsonaro, acusado de cometer nove crimes (prevaricação, charlatanismo, epidemia com resultado morte, infração a medidas sanitárias preventivas, emprego irregular de verba pública, incitação ao crime, falsificação de documentos particulares, crime de responsabilidade e crimes contra a humanidade), mais 66 pessoas foram indiciadas.

Os três filhos do presidente que são parlamentares foram indiciados por incitação ao crime. O relatório aborda também os impactos da pandemia na vida das mulheres, citando entre estes: [desemprego, queda do poder econômico de mães solo, risco para gestantes e puérperas, e violência doméstica](#).

E em meio a grave crise alimentar, o governo cria o Auxílio Brasil e, para isso, [desmonta um programa social](#) reconhecido internacionalmente e que tem sido aprimorado desde seu lançamento, o Bolsa Família.

A Câmara voltou ao trabalho presencial na semana passada com medidas preventivas e com a exigência de comprovante de vacinação. No entanto, a primeira semana foi de filas nas portarias e muita burocracia para ter acesso às dependências da Câmara.

## EM PAUTA NA SEMANA DE 25 A 29 DE OUTUBRO

Na pauta do Plenário da Câmara está prevista a discussão do PL 1374/2021 que institui o [auxílio Gás Social](#). Teremos ainda a discussão do PL 4513/2020, que institui a Política Nacional de Educação Digital e insere dispositivos no art. 4º da Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional.

A pauta das Comissões pode ser conferida [aqui](#).

## RESULTADOS DA AGENDA DA SEMANA

DE 18 A 22 DE OUTUBRO

### CÂMARA

O Plenário da Câmara aprovou o [parecer](#) com Substitutivo ao [PL 3878/2020](#), de autoria do deputado Capitão Alberto Neto (REPUBLIC/AM), que dispõe sobre a prioridade no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica ou familiar pelo Sistema Nacional de Emprego. A matéria vai ao Senado.

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) aprovou o [REQ 123/2021](#), de autoria do deputado José

Rocha (PL/BA), para a inclusão de convidado na Audiência Pública, que irá debater o [PL 6191/2016](#), que “dispõe sobre a publicidade de cunho misógino, sexista ou estimuladora de agressão ou violência sexual”.

A **Comissão de Legislação Participativa (CLP)** aprovou o [REQ 86/2021](#), de autoria da deputada Talíria Petrone (PSOL/RJ), para a realização de audiência pública sobre a aposentadoria por cuidados maternos ([PL 2757/2021](#)).

A **Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)** aprovou o parecer favorável ao [PL 3634/2019](#), de autoria do deputado Cássio Andrade (PSB/PA), que altera o Código Penal Militar para dispor sobre a perda de patente ou exclusão de militar autor de violência doméstica. A matéria vai à CCJC.

A **Comissão de Segurança Pública e de Combate ao Crime Organizado (CSPCCO)** aprovou o parecer pela aprovação com [substitutivo](#) do [PL 5554/2020](#), de autoria da deputada Rejane Dias (PT/PI), que institui o cadastro Nacional das pessoas condenadas aos crimes de violência doméstica e feminicídio. A matéria vai à CCJC.

Aprovou também o parecer pela aprovação com [substitutivo](#) do [PL 1899/2021](#), de autoria do deputado Nicoletti (PSL/RR), que dispõe sobre o Cadastro Nacional de Investigações Policiais e da Persecução Penal, para registrar o histórico de infratores de crimes contra as mulheres. A proposta tramita com o [PL 2293/2021](#) apensado. Matéria vai à CCJC.

A **Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)** aprovou o [PL 326/2015](#), de autoria do deputado Valmir Assunção (PT/BA), que dispõe sobre o sistema especial de inclusão previdenciária de trabalhadores e trabalhadoras sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico de sua residência. A matéria vai à CFT.

A **Comissão Externa sobre Violência Doméstica Contra a Mulher (CEXFEMIN)** aprovou quatro requerimentos da deputada Tabata Amaral (PSB /SP) para a realização de audiências públicas: [REQ 1/2021](#), para discutir sobre o tema “Abuso infantil e casamento infantil”; [REQ 2/2021](#), para discutir sobre o tema “Prevenção eficaz da violência contra a mulher e feminicídio”; [REQ 3/2021](#), para discutir sobre o tema “Violência obstétrica”; e [REQ 4/2021](#), para discutir sobre o tema “Violência doméstica e sexual”.

A deputada aprovou ainda o [REQ 5/2021](#), para a realização de visitas técnicas aos Estados de - Goiás, São Paulo, Espírito Santo, Ceará, Rio Grande do Sul, Roraima, Piauí e Alagoas a fim de subsidiar o trabalho desta Comissão Externa.

## SENADO

A **Comissão de Assuntos Sociais (CAS)** aprovou o [parecer](#) pela aprovação, com emenda ao [PLS 107/2018](#), de autoria do senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), que trata do planejamento familiar, com o objetivo de facilitar o acesso a procedimentos laqueaduras e vasectomias.

## NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

### Duas propostas tratam da trabalhadora gestante

[PL 3674/2021](#), de autoria da deputada Carmen Zanotto (Cidadania/SC e mais 2), acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho para garantir estabilidade de 90 dias à trabalhadora que retornar de licença maternidade; e [PL 3659/2021](#), de autoria do deputado Paulo Eduardo Martins (PSC/PR), disciplina o afastamento da empregada gestante.

### Intérprete de libras para parturientes surdas

[PL 3696/2021](#), de autoria do deputado Chico D'Angelo (PDT/RJ), garante às parturientes surdas o direito à presença de acompanhante intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

### Duas outras tratam da violência doméstica

[PL 3642/2021](#), de autoria do deputado Alexandre Frota (PSDB/SP), dispõe sobre o acesso prioritário das mulheres vítimas de violência doméstica, em programas de qualificação profissional e emprego, geridos e/ou financiados pelo poder executivo; e [PL 3680/2021](#), de autoria do deputado Fernando Rodolfo (PL/PE), altera a Lei Maria da Penha para dispor sobre

o chamado “botão do pânico” (sistema de acionamento emergencial em caso de ameaça ou de violação a medidas protetivas de urgência), através de dispositivo móvel de segurança ou aplicativo instalado em aparelho de telefonia ou similar, que confira maior efetividade às medidas protetivas de urgência.

## VALE A PENA CONFERIR

**Webinário 03 da série “População: diversidade, direitos e desenvolvimento” (parceria entre o Fundo de População das Nações Unidas no Brasil - UNFPA e a Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP):** [Contracepção de emergência em foco: panorama, contextos e perspectivas](#)

**SPW: Relatório -** [Ofensivas Antigênero no Brasil: Políticas de Estado, Legislação, Mobilização Social e debate de lançamento do Relatório](#)

**Outras Palavras –** [Coluna Baderna Feminista: Sobre meninas, violência e o direito ao aborto](#)



Radare elaborado pela equipe do [Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA](#) a partir das informações fornecidas pela [Contatos Assessoria Política](#) e dos sites da [Câmara](#) e do [Senado](#).